

Senhor Secretário de Estado das Finanças, (rev.)

Senhor Presidente da CMS,

Senhor Presidente da IFAC,

Senhor Presidente da FEE,

Senhor Vice Governador do Banco de Portugal, em
representação do Senhor Governador,

Senhor Presidente da CMVM,

Senhor Presidente do Instituto de Seguros de Portugal,

Senhora Subdiretora Geral, em representação do Sr. Inspetor
Geral de Finanças,

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Supervisão de
Auditoria e demais membros do CNSA,

Senhores Bastonários e Presidentes de outras Ordens e
Associações Profissionais

Distintos Oradores e Convidados,

Caros Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Saúdo Sua Excelência o Secretário de Estado das Finanças, que, para além de representar neste ato Sua Exa. a Ministra, também já estaria, de qualquer modo, connosco hoje ao fim da tarde.

Permita-se-me, ainda saudar Sua Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, que, pese os esforços desenvolvidos, não pôde estar agora aqui presente e agradecer-lhe, pessoalmente e em nome de todos os revisores oficiais de contas, o facto de ter aceite o convite que lhe formulámos para presidir a esta cerimónia, sabendo das muitas dificuldades que teria de ultrapassar para estar presente, o que muito nos honra.

Reitero a amabilidade de Sua Ex^a o Senhor Secretário de Estado, Professor Manuel Rodrigues para nos honrar nesta sessão de abertura

Quero igualmente manifestar um grande apreço pessoal pela presença de tão ilustres convidados e testemunhar-lhes que a vinculação de V. Exas. a este acontecimento constitui uma grande honra para a nossa Ordem.

Em particular não poderia deixar de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Seara, a grande disponibilidade e o excelente acolhimento com que desde a primeira hora nos presenteou, o que veio confirmar ainda mais a nossa já convicção de ter sido a histórica e ímpar vila de Sintra, no seu Centro Cultural Olga Cadaval, uma excelente opção para realizar o nosso XI Congresso.

Também, uma palavra de apreço especial aos nossos convidados e oradores internacionais Warren Allen, Presidente da IFAC, André Killesse, Presidente da FEE, Pino Messina, Diretor para as Relações Internacionais do ACCA e Martin Manuzi, representante da ICAEW em Bruxelas, bem assim aos Presidentes das nossas congéneres de língua portuguesa, Dr, Júlio Sampaio de Angola, Dr. João Mendes de Cabo Verde, Dr. Mario Siteo de Moçambique e Drs. Adelino de Sousa e Mário de Sousa em representação de S. Tomé e Príncipe.

Congresso que ora iniciamos sob o lema de “Auditoria: Desafio e Confiança”. Lema que reconhecemos como o mais apropriado no contexto financeiro, económico e social por que estamos a passar, o que nos leva a acreditar que, inquestionavelmente, o serviço mais relevante transacionado pelo revisores oficiais de contas é mesmo a CONFIANÇA.

Devemos ser portadores de uma inequívoca credibilidade, para que os múltiplos utilizadores da informação certificada acreditem na qualidade, na ética, na independência e na competência dos revisores oficiais de contas.

Sem esta confiança dificilmente se atingirão as mudanças e as reformas necessárias para o relançamento do mercado financeiro e, por conseguinte, da própria economia. Não basta granjear apenas a confiança dos investidores, mas sim alargá-la a múltiplos “stakeholders” que esperam dos revisores uma atuação credível e independente.

Mas para o conseguir teremos de superar vários desafios:

1. Um dos desafios é a cooperação, quer a nível nacional, quer internacional, mantendo uma participação ativa na IFAC e na FEE, organismos internacionais em que a Ordem está filiada há vários anos, e incrementando o nosso relacionamento com organismos congéneres nos PALOP e que se encontram aqui representados ao mais alto nível.



Este desafio leva-nos também a privilegiar as relações de parceria. Está em curso a celebração de protocolo com o Tribunal de Contas e estamos motivados para o fazer com todas as entidades públicas e privadas que acreditem que tal relacionamento contribua para a melhoria dos desempenhos individuais e coletivos e para a defesa do interesse público. Consensos não significa facilitismos, mas sim enfoques no que é realmente relevante, de forma a que possa ser rigorosa, eficaz e responsável a ação dos revisores.

2. Um outro desafio tem a ver com a necessidade de nunca perdermos de vista que exercemos uma profissão de interesse público e é na defesa desse interesse público que deveremos pautar a nossa atividade, as nossas atitudes e as nossas decisões.
3. Um terceiro desafio focaliza-se na procura de melhoria contínua no nosso conhecimento e competências, constituindo a formação contínua um desígnio ao saber saber, ao saber estar e ao saber fazer. São as nossas competências que nos permitirão assumir uma posição respeitada, em defesa da Qualidade e da Confiança.



4. E é o “saber estar” que no atual contexto deve constituir o principal cartão de visita do revisor. Vivendo num longo período do que muitos já apelidam como “crise de ética”, felizmente que, de uma forma geral, os revisores têm conseguido manter elevados níveis deontológicos e estamos certos de que continuaremos neste caminho, reforçando-os. No mundo da “governance”, devemos assumir-nos como um parceiro ativo na renovação da gestão, da supervisão e sobretudo na ética e integridade profissionais.

Estão em curso alterações significativas na regulamentação das Ordens Profissionais, às quais não poderemos estar alheios, pois tais afetarão a vida de muitos profissionais e de muitos colaboradores. No caso da Auditoria e na sequência do “livro verde de auditoria” estão em discussão na União Europeia a criação de um Regulamento Europeu de Auditoria e alterações na Diretiva de Auditoria. Tudo a propósito da grave crise iniciada há cerca de cinco anos. Por vezes damos connosco a pensar se de facto são os auditores os grandes responsáveis pela crise, pois é sobre estes que parece ser urgente regular, controlar, responsabilizar. Mas, felizmente, embora se possam assacar algumas responsabilidades, não foram de certo estes profissionais que levaram ao descalabro

do mercado e à fragilização do sistema financeiro. Assim, a regulamentação deveria também visar outros alvos, seguramente com níveis de responsabilidade bem superior.

E este é também um grande desafio profissional! Mediante a nossa ação na auditoria e na fiscalização, temos de garantir uma maior transparência, zelar pelo rigor e pela legalidade, contribuir para uma sociedade mais justa e agentes mais responsáveis.

Defenderemos o prestígio e respeitabilidade de todos os revisores oficiais de contas, que podem contar com a sua Ordem para os salvaguardar das situações que possam pôr em causa a sua honorabilidade e as suas boas práticas. Pedimos, no entanto, a todos os colegas que sejam sempre exigentes e rigorosos na emissão dos seus Relatórios de Auditoria e Pareceres, agindo com elevada postura ética e reconhecida qualidade técnica.

Ilustres convidados e caros colegas

Foi na senda destes princípios que estruturamos os painéis que integram o XI Congresso.

A cooperação internacional está presente na intervenção ao mais alto nível da IFAC da FEE do IACEW, da ACCA, das Ordens Profissionais de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe.

Também não poderíamos omitir o setor público, pela crescente necessidade de intervenção dos revisores na boa gestão dos dinheiros públicos, tendo connosco os representantes máximos de entidades com grande relevo nacional.

Infelizmente temos assistido ao relato de situações recorrentes que difundem uma imagem sobre a qual o comum cidadão se interroga e que não engrandecem enquanto país. É com orgulho que vemos a condução da CNC sob a responsabilidade do nosso colega e anterior bastonário António Gonçalves Monteiro, estando certos do importante contributo que dará na renovação do sistema contabilístico do setor público.

Para o setor privado, área pioneira da intervenção dos revisores oficiais de contas, temos também o privilégio de contar com a participação de grandes figuras nacionais e que em muito têm contribuído para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado.

O “saber saber” está representado por um painel de notáveis da Ciência e o “saber estar” com ilustres mestres no domínio da ética e do comportamento.

Tal como no Congresso anterior, procurámos deixar algum espaço para o contato com as tecnologias de informação. Vivemos na era da informação e comunicação, sendo a inovação e a modernização fatores diferenciadores no mundo competitivo em que vivemos.

A todos os nossos oradores que aceitaram, desculpem-me dizer, calorosamente, o nosso convite, não poderemos estar mais reconhecidos. É uma grande honra para a nossa Ordem poder contar com tão distintas personalidades.

Não queria terminar sem agradecer publicamente o empenho dos **Colaboradores** da Ordem na realização deste evento e, em particular, à Comissão Organizadora do Congresso presidida pelo colega José Rodrigues de Jesus e que afinal passou a ser constituída por todo o Conselho Diretivo, integrando igualmente pela Dra Ana Cristina Doutor. Assim vale a pena fazer coisas.

Mais uma vez, à Câmara Municipal de Sintra, na pessoa do seu Presidente Dr. Fernando Seara e à equipa da Direção de

Turismo de Sintra liderada pela Dra. Maria João Raposo, o nosso obrigado pelo empenho, dedicação e apoio.

Antes de terminar uma palavra de especial apreço ao colega Gastambide Fernandes, entre nós presente, pelo inestimável contributo que tem dado à Ordem, de que é exemplo a publicação ora incluída no material distribuído no presente Congresso.

A todos os votos de que o XI Congresso seja um sucesso e que constitua um marco para o nosso futuro: **CONFIANÇA**

Muito obrigado.

Lisboa, 12 de setembro de 2013

José Azevedo Rodrigues
Bastonário